

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

N.º 57/2019

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e quarenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2017-2021, com as seguintes

PRESENCAS: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que presidiu à reunião, e os Senhores Vereadores:-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP):-----
- Maria Catarina Lopes Paiva (CDS/PP):-----
- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP):-----
- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD):-----
- Nelson da Silva Martins (PS). -----

AUSÊNCIA: -----

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, ausente por motivo de férias. -----

COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

- a) Aprovação da ata da reunião ordinária de 8 de outubro de 2019:-----
- b) Aprovação da ata da reunião extraordinária de 15 de outubro de 2019:-----
- c) Assuntos gerais de interesse autárquico.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Orçamento 2020 e GOP 2020 - 2023; -----
2. Mapa de Pessoal; -----
3. Oferta de dois carregadores de veículos Elétricos, pela empresa TECNOCON;

4. Regulamento de apoio aos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra;-----
5. Pedido de Apoio para organização de Caminhada “Trilhos da Aldeia”;-----
6. Unidade de Execução Parcial - UOPG;-----
7. Alteração do PDM - RERAE - Ponderação de Resultados da Auscultação Pública;-----
8. Beneficiação da Rua da Fábrica;-----
9. Compromisso do Município com o Programa Eco-Escolas – Escola Básica e Secundária do Búzio e Escola Básica das Dairas; -----
10. Pedido de Apoio para realização do Grande Prémio de Atletismo de GDC Codal 2019; -----
11. Requalificação da Escola EB 2, 3 das Dairas - Trabalhos complementares;- -
12. Requalificação da Escola EB 2, 3 das Dairas - Trabalhos a mais decorrentes da extensão do prazo; -----
13. Requalificação da Escola EB 2, 3 das Dairas - Execução física da obra; -----
14. Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado de Preços Livres - Relatório Final; -----
15. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES; Listagem de despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas e Outros Processos;-----
16. Informações;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto nos n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) -----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião. -----

**O SR. PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA,
DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----**

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 8 DE OUTUBRO DE 2019:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a ata da reunião ordinária de 8 de outubro de 2019: -----

b) ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2019: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes,, aprovar a ata da reunião extraordinária de 15 de outubro de 2019: -----

c) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

O Sr. Presidente propôs um voto de pesar dirigido à família, pelo falecimento de Maria Fernanda do Carmo Soares Homem, mãe da colaboradora da Câmara Municipal, Ana Paula Carmo Soares Almeida e sogra do colaborador Carlos Alberto Almeida, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos seis membros presentes. -----

De seguida deu a palavra aos vereadores:-----

O vereador Nelson Martins enalteceu a construção do Parque de Estacionamento, junto à Escola, que há muito tempo era requerida, e lamentar, por outro lado, que o mesmo tenha só quarente e oito lugares, porque diariamente, entre funcionários, professores e alunos, são largas dezenas os automóveis a estacionar e alguns estacionam na via pública. Considera que o Parque de estacionamento ficou muito aquém, apesar de dar para alguns, como certamente irá responder o Sr. Presidente, mas chegam para "a cova de um dente".-----

O vereador Pedro Almeida tinha questões que são repetidas face às reuniões anteriores e que iria voltar a formular: -----

-Disse que o Sr. Presidente o informou, na passada reunião, que tinha parcialmente a informação relativa aos certificados emitidos para processos de requalificação de edificações situadas em áreas de reabilitação urbana e por isso, volta a lembrar que ainda não recebeu a referida informação; -----

2019.10.22

-Aguarda o parecer jurídico sobre a legalidade das prorrogações de prazo da empreitada de Abastecimento de Água e Águas Residuais ao lugar de Rôge, Macieira de Cambra e Cavião, particularmente, a informação sobre a obrigatoriedade de emissão de parecer das Infraestruturas de Portugal sobre o projeto que foi colocado a concurso; -----

-Aguarda o parecer jurídico sobre a obrigatoriedade ou não da existência de um Auto de Trabalhos a Menos, quando esses trabalhos existam, no âmbito de empreitadas. -----

-Relativamente aos Planos de Segurança e Saúde dos Edifícios Municipais, pretende saber se todos os edifícios já possuem os Planos e se os mesmos têm o parecer favorável da Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

-Perguntou se o projeto da empreitada do Centro de Artes e Espetáculos, tem todos os projetos previstos no âmbito da Portaria 701-H/2008. -----

O vereador António Alberto Gomes informou que a partir do próximo dia um, será realizada uma fiscalização na Câmara Municipal, pela Inspeção Geral de Finanças, relativamente ao IVA do ano de 2019, tendo em conta o pedido de reembolso do IVA, Câmara Municipal, feito periodicamente pela Câmara Municipal. ---

O Sr. Presidente respondeu ao vereador Nelson Martins, dizendo que o Parque de Estacionamento junto à Escola foi o possível, tendo em conta o terreno existente e que se teve de ter em conta a segurança, daí ter-se optado por aquela dimensão. Efetivamente, não se consegue fazer tudo num só mandato, vai-se fazendo, vão-se acrescentando benfeitoria e obras que são necessárias para o município, sendo esta, uma delas. Sobre contabilizar o número de veículos que estacionam paralelamente à via da Escola Secundária até ao Parque de Estacionamento, verificou, por contagem que realizou, que se estes fossem estacionar no Parque, ficariam um número mínimo de viaturas na berma da via; por isso, a criação do Parque considera-se uma mais valia e a seu tempo será

2019.10.22

verificada a utilização do Parque, gratuito, esperando que o mesmo esteja sempre cheio. -----

Respondendo ao vereador Pedro Almeida, disse que ainda não tinha todas as informações por si pedidas e que, ainda não sabe se já chegaram todos os pareceres emitidos pela ANPC sobre os Planos de Segurança e Saúde dos Edifícios Municipais, Planos esses que, na sua maioria, eram inexistentes até há bem pouco tempo, contudo é de saudar o facto de neste momento já estejam em vias de ser aprovados. -----

Disse ainda que serão pedidas aos respetivos Serviços, as restantes informações em falta. -----

O vereador Nelson Martins frisou, sobre o Parque de Estacionamento, que nas ruas adjacentes à Rua da Escola Secundária existem muitos veículos estacionados que condicionam o acesso às habitações e a Macieira de Cambra, reafirmando que a obra é meritória, contudo, insuficiente para o número de carros que estacionam junto à Escola.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu por encerrado o Período de antes da Ordem do Dia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1.ORÇAMENTO 2020 E GOP 2020- 2023: Presente a informação 14 de outubro de 2019, prestada pelo chefe da DAF, Rui Valente, dirigida ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes, que se transcreve: "De acordo com o n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. Nesse sentido, foram elaborados todos os documentos inerentes e que se anexam, onde foram vertidas as instruções que nos foram comunicadas superiormente. O orçamento municipal e as Grandes Opções do Plano 2020-2023 incluem os seguintes elementos: -----

- a) Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----
- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; -----
- c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; -----
- d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental;-----
- e) Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos;-----
- f) Mapa das participações.-----

Sugere-se que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovar os documentos que compõem o Orçamento para 2020 e as Grandes Opções do Plano para 2020-2023 que constam em anexo bem como emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das normas de execução do orçamento municipal para 2020." -----

O Sr. Presidente fez uma breve introdução, dizendo que "como todos os orçamentos, este foi feito, em primeiro lugar, tendo em conta a receita, os compromissos assumidos e o que é expectável para o desenvolvimento do Município de Vale de Cambra. Em tempos idos faziam-se orçamentos empolados e que em nada correspondiam à realidade, criando muitas vezes, falsas expetativas na sociedade porque se considerava que as rubricas abertas nesses orçamentos, seriam para executar. -----

A realidade daquilo que se pretende em termos de seriedade e de rigor das contas públicas, obriga-nos a ser rigorosos, a ser cumpridores, a termos princípios que assentam naquilo que é a base financeira e, nessa perspetiva, olhando também para aquilo que são as obras financiadas, às quais teremos de dar continuidade e cumprir com as candidaturas que fizemos e que são obras que

2019.10.22

estão já adjudicadas e consignadas e por isso, temos de olhar para esses projetos como projetos efetivamente prioritários. Temos muito trabalho na área social, na área da educação, olhar cada vez mais para o meio ambiente, para a sustentabilidade, porque efetivamente, este é cada vez mais um assunto que está na Ordem do dia, com o qual todos nós nos temos de preocupar. Temos que consolidar o investimento na educação, temos de olhar também para as nossas vias, mantendo e requalificando uma vastíssima rede viária que absorve consideráveis meios do orçamento. Temos hoje uma preocupação acrescida com a floresta, com a proteção de pessoas e bens que também nos absorve consideráveis meios, enfim, temos a limpeza urbana, temos a proteção civil, temos um sem número de investimentos que temos de fazer, temos também de olhar de uma forma cada vez mais atenta para a indústria e para o desenvolvimento económico e nessa perspetiva diria que este orçamento é um orçamento sério, que vai procurar dar resposta àquilo que são algumas das necessidades prementes do concelho. Posso referir, por exemplo, a estrada de acesso a Porto Novo e outros acessos no nosso município, que carecem de cuidado e intervenção e por isso, para não me alongar mais porque à história pertence o que já foi investido, o que importa agora é olhar para o futuro." -----

De seguida deu a palavra ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes que proferiu a seguinte intervenção:-----

“Mais uma vez apresentamos um Orçamento e as Grandes Opções do Plano com vista a uma execução que se pretende bem próxima dos 100%. Com a legitimidade que nos foi dada democraticamente, 2020 será um ano de concretização e finalização de algumas das obras por nós previstas em devido tempo. -----

2019.10.22

Antes de mais, devo informar que, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, foram convidadas as Comissões Políticas do PSD e do PS para apreciação dos traços gerais na elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

Seja como for, a crítica mais usual, meramente populista e demagógica, é que o orçamento não é inovador, não é arrojado. Reitero a nossa posição: a elaboração de documentos de índole estratégica tem que ter sempre presente características como a exatidão, transparência e eficiência no uso dos dinheiros públicos. Isso é a nossa premissa básica. -----

É nossa expectativa encerrar o quadro comunitário – Portugal 2020. Para tal, é necessário que o volume de projetos a realizar financeiramente em 2020 esteja devidamente representado nos respetivos documentos previsionais. -----

Posto isto, a presente proposta de orçamento do Município de Vale de Cambra consubstancia-se no seguinte:-----

Globalmente, o orçamento apresentará um decréscimo de 1,54% face ao orçamento inicial de 2019, ou seja, de 330.470,00 euros, passando de 21.830.470,00 euros para 21.500.000,00 euros. -----

A receita corrente está orçamentada em 14.524.707,00 euros, que suporta a despesa corrente de 11.016.554,25 euros, enquanto se prevê uma receita de capital de 6.975.293,00 euros para uma despesa de capital de 10.483.445,75 euros.-----

Na previsão das receitas nota-se um peso relativo particularmente elevado nas “transferências correntes”, nas “transferências de capital” e nos “impostos diretos”, tendo, como contraponto, “outras receitas de capital”, “vendas de bens de investimento”, “impostos indiretos” e “outras receitas correntes”.-----

Relativamente às despesas, salienta-se o peso que adquire a “aquisição de bens de capital” e as “despesas com pessoal”, pesando, do lado contrário da balança,

os “ativos financeiros”, as “transferências de capital” e os “juros e outros encargos”.-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano com financiamento definido, salientam-se as “Funções Sociais” com um valor de 7.818.800,00euros num total de 12.244.745,75euros e, dentro daquelas, a cultura com um valor de 3.587.200,00euros.-----

Devem ser salientados investimentos com um alto significado financeiro, como sejam:-----

- Reabilitação do Antigo Cinema para Centro de Artes e espetáculos, com um valor de 3.316.000,00euros; -----

- Requalificação da EB 2,3 Dairas com um valor de 785.000,00 euros; -----

- Via Pedonal e Ciclável Estruturante nas Ligações Norte/Sul (S. P. Castelões e Burgães) com um valor de 776.000,00euros; -----

- Via Pedonal e Ciclável ao Núcleo de Macieira de Cambra com um valor de 386.306,00euros; -----

- Remodelação da EB1 de Vila Chã com um valor de 300.000,00 euros; -----

- Arranjo do Acesso Pedonal da Envolvente do Mercado Municipal com um valor de 300.000,00 euros; -----

- Controlo de Perdas no Sistema de Abastecimento de Agua com um valor de 287.000,00 euros; -----

- Requalificação da Estrada de Porto Novo, com um valor de 275.000,00euros; --

- Construção da Avenida da Srª da Saúde, com um valor de 200.000,00euros;----

Uma vez mais damos um exemplo de solidez financeira. Este Município tem liquidez, está apto, possui capacidade de tesouraria, mas deve ser criterioso no uso dessa liquidez, que é muito diferente de abundância. O orçamento e as Grandes Opções do Plano agora propostas vão continuar a contribuir fortemente para que Vale de Cambra prolongue o investimento nas infraestruturas desejadas

e necessárias, mas não podemos esquecer que os recursos são escassos. Temos que, com muito poucos meios – humanos, técnicos, financeiros – responder às reais necessidades da população Valecambrenses. Investimos ao nível da educação e da cultura, do abastecimento de água e do saneamento, da indústria e do comércio, da proteção civil, do desporto, das vias de comunicação. Investimos no bem-estar e no aumento da qualidade de vida das populações através de despesas ditas “correntes”, como transportes e refeições escolares, limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos. Estas são as nossas opções, num orçamento transparente, prático, verdadeiro.-----
Acreditamos mais no valor das ações do que em meras promessas. Continuaremos a traduzir essas ações no dia-a-dia, e estes documentos que aqui são apresentados são a prova de que os munícipes Valecambrenses podem continuar a confiar na nossa visão” -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores. -----

O vereador Nelson Martins antes de fazer a sua intervenção, pretende somente saber a quem foi dirigido o ofício destinado à Comissão Política do Partido, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição e saber se alguém esteve presente na reunião relativa à elaboração do Orçamento, uma vez que já não é ele quem representa a respetiva Comissão. -----

O Sr. vereador António Alberto Gomes respondeu dizendo que após ter sido dirigido o ofício a ambas as Comissões Políticas, nenhuma delas se fez representar nessa reunião.-----

O vereador Pedro Almeida disse que a primeira questão que iria abordar era a do Estatuto do Direito de Oposição e, presumindo que o ofício tenha sido enviado para a comissão política de Secção do PSD de Vale de Cambra, julga que também não obteve resposta, tal como a do PS, mas no caso, não foi por causa

2019.10.22

do cargo não estar ocupado, lamentando, assim, a falta de resposta à solicitação da Câmara Municipal, por obrigação legal. -----

Sobre o orçamento disse: "Eu tenho afirmado, neste e nos anteriores orçamentos, que a Câmara Municipal não tem um projeto claro para desenvolvimento do município, o qual deve ser traduzido ano após ano nos respetivos orçamentos. Ao fazer uma leitura deste orçamento, se antes estava convicto disso, hoje estou mais convicto e portanto, a minha pergunta é muito simples e dirijo-a ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Qual é de facto, a estratégia que o Sr. tem para o Município e o que é que repercutiu neste Orçamento? -----

Porque uma estratégia decorre ao longo de um determinado período de tempo, pelo menos num mandato e portanto, gostava de saber que estratégia realmente o Sr. tem e o que é que preconizou neste Orçamento para dar resposta a essa mesma estratégia. -----

Porque quando se diz que o orçamento deve ser um orçamento realista com rigor e sério, eu, sob o ponto de vista da elaboração técnica, não tenho dúvida nenhuma que o mesmo foi executado com base nessas premissas, mas, sob o ponto de vista das opções políticas, aí tenho alguma dificuldade para saber qual é a estratégia que o Sr. Presidente tem para o Município. -----

Quando falo de sustentabilidade eu acho que uma das questões que permite que o concelho seja sustentável no futuro, é o desenvolvimento da sua economia local e, não vejo nenhum investimento na indústria, para não falar no comércio, porque esse é pobre por natureza. -----

A indústria foi sempre o grande motor de desenvolvimento de Vale de Cambra e nada vejo no Orçamento sobre essa matéria; vejo apenas e só o que já vem dos anos anteriores, algumas obras financiadas e sempre a reboque da abertura de

2019.10.22

avisos e não em consequência de uma estratégia clara, pensada e perspectivada para o futuro. -----

Para já era só o que me merecia dizer sobre este orçamento e já agora porque o Sr. Vice-Presidente falou nisso, na última reunião de Câmara, quando foi aprovado o Tarifário de Abastecimento de Água e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, houve uma recomendação da ERSAR para que o mesmo fosse sustentável e nessa mesma discussão, eu alertei para a necessidade de ter em consideração alguns aspetos de sustentabilidade desse sistema e da sua eficiência, sendo um deles a perda de água na rede de abastecimento de água e verifico que estão previstos neste orçamento, cerca de 287 mil euros para fazer um estudo, presumo, relativamente à matéria do controle de perdas, o que significa que as perdas na rede de abastecimento de água são bastante significativas para que se exija um investimento desta natureza. Acha que seria expectável, porque tem vindo a alertar sobre essa matéria. -----

O vereador Nelson Martins disse que o orçamento era feito pela maioria que recebeu o voto para governar o município e como tal, se estiver em funções no último ano deste mandato, procurará fazer o balanço entre o programa eleitoral da maioria, o prometido e o cumprido. Disse ainda: "O orçamento é vosso façam os possíveis para o cumprir melhor. " -----

Sr. Presidente agradeceu e disse que assim procurará fazer. -----

Disse que iria ser breve na resposta ao sr. vereador Pedro Almeida, porque este, enquanto vereador com funções executivas, teve oportunidade de fazer tudo que hoje defende e que hoje exige que este executivo CDS faça, mas também teve uma oportunidade de definir uma estratégia para o município o que não veio a acontecer. -----

Continuando disse: "Quando cá chegamos as dívidas eram muitas, tivemos que as pagar; tínhamos um Parque subterrâneo que tinha inúmeros problemas

2019.10.22

associados, que tivemos que pagar e não foi tão pouco como isso, foram só 7,5 milhões de euros que a Câmara Municipal teve que pagar; tivemos de ajustar os nossos investimentos às tipologias dos investimentos disponíveis, ou seja, se temos disponível um envelope financeiro para a área da educação, nós temos de aproveitar e requalificar as nossas escolas e foi isso que fizemos - estamos a requalificar a escola das Dairas, requalificamos a Escola da Praça em Macieira de Cambra, requalificamos a Escola de Macinhata e a de Areias e estamos agora em vias de iniciar o procedimento de requalificação da Escola de Vila Chã. Isto porque investir na educação é investir nas crianças, é investir no futuro do nosso município, é olhar para a formação profissional, é olhar pela mais pequeninos, pelos que estão a frequentar o primeiro ciclo e os que estão no ensino secundário. Se repararmos, têm havido um investimento extraordinário na área da educação. Essa é uma estratégia. -----

Nesse seguimento e, tendo em conta as tipologias disponíveis, falemos na questão da mobilidade, olhando para as ciclovias: há pessoas que dizem que são supérfluas, se calhar são, mas o futuro aponta nesse sentido e, apesar de muitas vezes ser difícil de perceber, nós temos de olhar cada vez mais para a problemática das alterações climáticas, que entroncam muito no sentido da descarbonização. A descarbonização passa, não só por reduzir as emissões poluentes, mas também por criar condições para que haja mais regeneração do ar, mais oxigénio e, isso consegue-se, não destruindo a floresta, não eliminando árvores, consegue-se coma criação de mais espaços verdes, mais natureza e mais árvores no meio urbano. -----

Há aqui também uma coisa com a qual eu não concordo e já o disse publicamente muitas vezes, inclusive a membros do Governo, que se prende com a questão da gestão dos combustíveis nas vias municipais que, de uma forma hábil, o Governo de um momento para o outro passou para as Câmaras

2019.10.22

Municipais, e isto, não por uma causa política partidária do governo, mas, pelas minhas convicções, sendo esta uma responsabilidade que nos obriga a gastar muito dinheiro, obriga-nos a ter muitos incómodos com as pessoas porque algumas pessoas ficam incomodadas com aquilo que é a intervenção na propriedade privada. Obviamente nós estamos validados e escudados pela própria legislação, mas o que é certo é que isso nos custa muito dinheiro, dá transtorno às pessoas e em termos ambientais, eu tenho as minhas dúvidas se essa também não será ou se esse não será também mais um paço atrás naquilo que é o equilíbrio da nossa natureza. -----

Voltando a falar das ciclovias e da mobilidade, estamos a falar em algo a que as pessoas não estão habituadas, em algo que ainda não está enraizado na nossa sociedade, mas se calhar daqui a dois ou três, quatro ou cinco anos, não digo de uma forma generalizada, mas se calhar muita gente poderá utilizar a bicicleta como meio de locomoção. Eu tenho referido várias vezes esta questão: quando se começou com o Centro de Marcha e Corrida e, curiosamente, honra lhe seja feita, foi começada ainda no tempo da Câmara PSD, demos continuidade e desenvolvemos o referido projeto que, apesar de ter começado de uma forma incipiente, achando as pessoas que eventualmente aquilo seria supérfluo, hoje tem uma excelente utilização e prova-se que aquilo que foi começado tinha alguma razão de ser e por isso, "hoje", as ciclovias poderão parecer, diria, estranhas, mas se calhar daqui a quatro ou cinco anos elas tornar-se-ão úteis e utilizadas. Ainda hoje, está a começar uma ciclovia que liga o centro de Macieira de Cambra à Escola Secundária e será mais um passo na consolidação desta rede de ciclovias de Vale de Cambra. -----

Portanto, além da educação, esta é mais uma gaveta que os fundos comunitários permitiram aproveitar. -----

2019.10.22

Aqui do centro da cidade, muitas pessoas diziam que os passeios estavam em mau estado e nós recuperamos os passeios e devolvemos os passeios às pessoas, rebaixando as passadeiras, criando elementos podotáteis para que os invisuais também possam utilizar os passeios de forma segura. Estamos a fazer um investimento histórico no Abastecimento de Água e Saneamento básico, um investimento de mais de três milhões de euros, considerado mais um passo na melhoria das condições de vida das pessoas.-----

No fundo, o Município constrói-se passo a passo, constrói-se criando "peças" que são fundamentais, como se de um puzzle se tratasse.-----

Sobre o cinema: a decisão de aquisição do edifício foi consensual e a intervenção profunda no edifício do antigo cinema vai permitir criar melhores condições para a cultura de Vale de Cambra, e dos nossos munícipes, além de atrair pessoas de fora do nosso município para utilizar aquele espaço.-----

No interior do concelho, aproveitamos ao máximo os fundos comunitários como é o caso da Casa da Cota, do Centro Interpretativo da Serra da Freita, a Casa da Broa de Paraduça e, a criação de um polo turístico na parte nova do concelho. - -

Enfim, eu poderia continuar aqui a explanar sobre os investimentos que foram feitos, sobre as inúmeras ações materiais, em que foram envolvidas a escola, as instituições Particulares de solidariedade Social entre outras, e por isso, nós não podemos de forma alguma ser acusados de nada fazer ou sermos acusados de não ter uma estratégia; nós temos uma estratégia que procura ir ao encontro daquilo que são as necessidades básicas e fundamentais das pessoas e nessa perspetiva, penso que podemos estar e devemos estar todos de consciência tranquila e satisfeitos com o trabalho feito. Obviamente que se tivéssemos um orçamento que pudesse esticar, aí poderíamos ser mais ambiciosos, poderíamos fazer muito mais coisas que naturalmente gostaríamos de fazer; mas temos de

ser realistas e é um pouco como em nossas casas, temos de andar em função dos meios que temos disponíveis. -----

Nessa perspectiva, a justeza dos investimentos, o rigor nos investimentos e as contas certas são uma marca que deve ficar na governação, porque, independentemente de quem cá estiver, uma coisa é ter contas certas, outra coisa é ter contas más." -----

O vereador Pedro Almeida disse que depois de ouvir o Sr. Presidente, disse chegar à conclusão, que de facto não tem um pensamento estratégico para o município, porque não conseguiu dizer absolutamente nada para o munícipe. ----

Disse que aquele começou por explicar a sua estratégia, fazendo história sobre o passado: -----

- utilizou, tal como fez no primeiro mandato, a vitimização pelo pagamento das dívidas anteriores, como se fossem umas dívidas incomportáveis, como se tratasse quase de um resgate financeiro e anda a vitimizar-se dessas supostas dívidas para justificar a inoperância;-----

- referiu que se acha que a gestão financeira do passado foi muito má, não entende porque razão foi buscar para a sua lista, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, responsável pela área financeira no mandato passado, do PSD e atual responsável pela área financeira do Município. -----

- referiu que a estratégia escolhida era a estratégia do Quadro Comunitário de Apoio por ser uma gaveta à qual vai, independentemente do como isso se possa repercutir no que realmente tem interesse para Vale de Cambra e para os Valecambrenses;-----

- falou na descarbonização e que todos deviam utilizar o transporte de modos suaves, sendo de opinião que o Sr. Presidente podia dar o exemplo, utilizando as bicicletas elétricas, conforme já referiu e, perceberia com mais facilidade porque que é que ninguém anda de bicicleta nas ciclovias;-----

2019.10.22

- referiu que o Sr. Presidente não falou da indústria e que quando o PSD esteve no executivo fez a zona Industrial de Lordelo Codal, fez a Zona Industrial do Rossio, a Zona Industrial da Calvela, investiu no Parque da Cidade, para não falar de tempos mais antigos, nos quais foram construídas as Piscinas, a Biblioteca e a Central de Camionagem e restaurado o edifício da Câmara Municipal;-----

- disse que Vale de Cambra sempre teve um cariz industrial forte e foi sempre o motor e a referência em termos industriais, no distrito de Aveiro, pois ainda recentemente esteve num evento no qual aquele também esteve, onde foi galardoado o Sr. Comendador Ilídio Pinho, com doutoramento *honoris causa*, precisamente pelo percurso empreendedor que fez em Vale de Cambra e no país, nomeadamente através da COLEP; é de opinião que são empresas do tamanho da COLEP, da Vicaíma da ARSOPI, da lacto Ibérica, que fizeram e fazem com que Vale de Cambra se afirme na região Norte e no país. -----

- disse que no Orçamento, sobre esta matéria, não existe absolutamente nada e acha que para o futuro de Vale de Cambra, a estratégia passa por investir naquilo que dá de comer às pessoas, que é a indústria e através desta, fazer crescer todas as outras atividades económicas, nomeadamente o comércio, não descurando outras atividades que podem ser exploradas e estão com um potencial de crescimento, como é o caso do turismo na região Norte, do qual Vale de Cambra pode usufruir.-----

- Acha que é preciso uma estratégia para o turismo e verificou que só ao fim de seis anos de governação, mandou fazer um plano estratégico para o turismo, o que devia ter sido feito de imediato, no começo do primeiro mandato em vez de se andar a vitimizar, coisa que continua a fazer durante estes quatro anos. -----

Concluiu dizendo que o Sr. Presidente tem de pensar para o futuro porque só pensando para o futuro se consegue desenvolver o concelho de Vale de Cambra.

O Sr. Presidente disse que não se vitimizava mas, que constatava uma realidade. Dizer que não tinha uma estratégia, também não é verdade, assim como dizer que não se aposta na indústria, quando se está a fazer uma revisão do PDM para ter, forçosamente, melhores e maiores zonas industriais para fazer face à expectável necessidade dos industriais de Vale de Cambra e em função da Carta de Ordenamento do PDM, se poderá avançar para a criação das novas Zonas Industriais. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação.-----

A Câmara Municipal, com o voto contra do vereador Pedro Almeida e a abstenção do vereador Nelson Martins, deliberou por maioria, aprovar a proposta do Orçamento para 2020, bem como as Grandes Opções do Plano para 2020-2023 e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

2. MAPA DE PESSOAL: Presente a informação de 14 de outubro de 2019, prestada pela técnica superior Regina Quintal, dirigida ao Dirigente, Sérgio Almeida e ao chefe da DAF, Rui Valente que remete à vereadora do pelouro, Catarina Paiva e, que se transcreve: "Informo V. Ex.ª que o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra, para o ano de 2020, de acordo com os artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, necessariamente revisto em conjunto com o Orçamento Municipal, tendo por base o levantamento de necessidades da Estrutura Orgânica deste Município, prevê os seguintes postos de trabalho: -----

- 1 Coordenador Municipal Proteção Civil -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -----

- 1 Licenciatura na área de Gestão e Contabilidade -----
- 1 Licenciatura na área de Informática -----
- 1 Licenciatura na área de Psicologia Social e do Trabalho -----
- 1 Assistente Técnico -----
- 1 Fiscal -----
- 1 Assistente Operacional -----

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL DESPORTO EDUCAÇÃO E CULTURA -----

- 1 Licenciatura na área de Ciências Sociais -----
- 1 Licenciatura na área de Educação -----
- 1 Assistente Técnico -----
- 2 Assistentes Operacionais -----

Assim, no total temos: -----

Categoria	2019 (lugares vagos)	2020 (lugares a criar)
Dirigente Intermédio 2.º Grau (inclui 1 Coordenador Municipal Proteção Civil)	1	1
Técnico Superior	7	4
Especialista de Informática	0	1
Fiscal	0	1
Assistente Técnico	9	2
Encarregado Operacional	1	0
Assistente Operacional	22	3
TOTAL	40 a)	12

a) Aos 40 postos de trabalho vagos no ano de 2019, adicionamos 2 lugares respeitantes a trabalhadores que se encontram em mobilidade intercategoria e mobilidade intercarreira, respetivamente (40 + 2 = 42 – Carlos Alberto Alves Almeida e Célia Almeida Martins Seabra). -----

Mais informo que já foram contabilizados como despesas com pessoal nas rubricas respetivas, os seguintes postos de trabalho, uma vez que se encontram a decorrer os respetivos procedimentos concursais: -----

GABINETE JURÍDICO E DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS -----

- 1 Licenciatura na área de Direito / Ciências Jurídicas-----

GABINETE ALIMENTAR E DE VETERINÁRIA E VIA VERDE PARA A AGRICULTURA -----

- 1 Licenciatura na área de Medicina Veterinária -----

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS E OBRAS MUNICIPAIS -----

- 1 Assistente Técnico -----

- 9 Assistentes Operacionais -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -----

- 1 Assistente Técnico" -----

O Dirigente da DAF, Sérgio Almeida, corroborou a informação técnica de 14/10/19, acima transcrita e o chefe da DAF, Rui Valente, prestou a seguinte informação adicional: "O Orçamento para 2020, contempla os custos na totalidade de "pessoal contratado", " pessoal em qualquer situação", "eleitos locais" e "pessoal do quadro". Relativamente aos valores relativos a "lugares vagos sem procedimento concursal aberto" e "pessoal para 2020", e dados os prazos alargados inerentes à tramitação dos procedimentos concursais, considera-se custos estimados para 5 meses." -----

Anexo a Estrutura de Mapa de Pessoal Município de Vale de Cambra - Ano 2020.

O Sr. Presidente disse que era o Mapa de Pessoal possível, dadas as verbas existentes, **dando a palavra à vereadora Catarina Paiva** que acrescentou que o Mapa de Pessoal para 2020 é essencialmente uma continuidade do mapa do ano anterior, contemplando este, a criação do lugar do Coordenador da Proteção Civil de acordo com o exigido por lei. -----

O Mapa foi feito de acordo com os pedidos de alguns chefes de Divisão, mas não de todos, dado o encargo financeiro que representa atender a todos os pedidos.

Foram também tidos em conta os lugares ainda a preencher cujos concursos ainda se encontram a decorrer, dado que a prova referente à avaliação realizada pela equipa de técnicos, nos Serviços do GAT de S. João da Madeira, já vai com um atraso de seis a sete meses, não estando, por isso, os mesmos concluídos.--

O vereador Nelson Martins disse que todos os anos entra mais pessoal, todos os anos se recorre a mais contratualização de serviços e constata-se que entre os lugares que ainda estão a concurso e as necessidades previstas na estrutura orgânica, 32% dos quadros a contratar, nos próximos tempos, terão de ter no mínimo uma licenciatura, 44% reportam-se ao que o povo costuma apelidar de “os que vão ao terreno e põe a mão na massa”, sem desprimor para ninguém. O que se desconhece é o real desempenho do pessoal afeto às várias divisões dos Serviços Municipais, não estando a falar em termos individuais, mas numa avaliação de desempenho através da análise swot, para que se conheça o que está bem, o que está menos bem e o que está mesmo mal, em cada uma das divisões. -----

Que estratégia existe a médio e a longo prazo, para que se afetem mais recursos humanos que anualmente irão sobrecarregar o Município, obrigando-o a gastar muitas verbas por muitíssimos anos, porque se está a falar de pessoal do quadro. Que avaliação das necessidades foi dada a conhecer à oposição para que agora o assunto seja trazido à votação dado que, agora, em consciência, não vejo como posso votar favoravelmente. -----

O vereador Pedro Almeida disse que, conforme referido, este Mapa em relação ao Mapa de Pessoal do ano anterior, criou mais doze novos lugares, dos quais, à exceção do Coordenador Municipal da Proteção Civil criado por obrigatoriedade legal, se prevê a admissão de quatro Técnicos Superiores, não percebendo a fundamentação da sua necessidade, bem como a necessidade de afetação de um Fiscal a uma divisão. É de opinião que a Fiscalização da Câmara Municipal deve

2019.10.22

estar concentrada e não, afeta à Divisão A ou B, como se tivesse de tratar somente do assunto A ou B, quando qualquer um dos fiscais tem competências para tratar de vários assuntos. Referiu também que, além dos lugares de Assistentes Técnicos criados, os lugares para Operacionais, onde a Câmara Municipal está mais deficitária, foram criados só três. Considera, por isso, a proposta desadequada às reais necessidades da autarquia. -----

O Sr. Presidente referiu que a vaga para o Coordenador da Proteção Civil, foi uma imposição legal e que, em 2021 os municípios têm de assumir novas competências devendo haver uma preparação, especialmente nas áreas da educação e da saúde, daí a previsão da licenciatura na área da Psicologia do trabalho, lugar afeto aos Recursos Humanos, e licenciatura em Ciências Sociais, lugar afeto à área da educação, além de assistentes técnicos e assistentes operacionais na área de ação social. Optou-se por uma maior concentração de lugares criados, na área da cultura e educação, áreas que vão trazer muito trabalho e muitos desafios à Câmara Municipal, além da área financeira, onde vão existir mais exigências em termos de controlo de tudo o que é recebido e tem de ser respondido, obrigando a Divisão a possuir mais pessoas para dar resposta às novas exigências. -----

Quanto aos lugares para operacionais, o Sr. Presidente informou que existem, não apenas três, como referiu o vereador Pedro Almeida, mas vinte e dois lugares mais três agora criados, com possibilidade de se preencherem todos esses lugares. Disse ainda que o Mapa de Pessoal foi considerado o mais ajustado às necessidades e ajustado à realidade financeira do Município. -----

A vereadora Catarina Paiva informou, a propósito dos lugares de Assistentes Operacionais vagos, que esteve aberto um concurso de operacionais para a DSUOM, não se tendo conseguido preencher todos os lugares porque não houve

candidatos. Existe, assim, uma dificuldade em arranjar operacionais e, por isso, ainda estão todos estes lugares vagos. -----

O vereador Pedro Almeida frisou que compreende a existência dos lugares para operacionais, tendo somente referido que relativamente a 2019, em 2020, só se acrescentaram mais três operacionais. Disse ainda que o Sr. Presidente justificou os lugares criados no Mapa de Pessoal, com as transferências da Administração Central para a Administração Local e se bem leu os diplomas setoriais das transferências da Administração Central para a Administração Local, os que maior peso têm, são os da saúde, os da educação, das vias de comunicação e todos eles são claros quanto às funções que são referidas, sendo as funções relativas à manutenção dos edifícios, ao apoio às escolas, ao apoio na limpeza no Centro de Saúde, à manutenção dos troços das vias nacionais que vão passar para a esfera de competência local, funções de operacionais. -----

Em termos das transferências, acha que o peso maior é o do ponto de vista da execução da tarefa e não do ponto de vista do apoio dos técnicos com qualificação superior, pese embora aja a necessidade da sua contratação face ao reforço das competências. Sendo a área mais deficitária, a dos operacionais, devido à reforma de uns e falecimento de outros, não vê a situação retratada no Mapa de Pessoal. -----

O vereador Nelson Martins referiu que segundo informação da vereadora do pelouro, o Mapa de Pessoal resulta dos pedidos dos chefes de divisão e, segundo estes, os assistentes operacionais não são considerados uma prioridade no momento. -----

Tendo o Sr. Presidente referido que em 2021 teremos de assumir novos compromissos, passaram 2018, 2019 e 2020 está aí, sem que, no que às transferências de competências concerne, fosse apresentado em reunião, qualquer estudo e, no entanto já se sabe que têm de ser admitidos vários técnicos

superiores, isto é, "antes de sabermos o que temos, já sabemos do que precisamos".-----

A vereadora Catarina Paiva referiu que em resultado da descentralização, a Câmara Municipal irá receber mais Assistentes Operacionais nos Quadros da Câmara Municipal, provenientes dos Centros de Saúde e Escolas, o mesmo não acontecendo com a parte técnica, que irá organizar e adequar a Câmara Municipal às novas exigências. -----

A pedido do vereador Nelson Martins, a vereadora referiu que o técnico superior em Gestão e Contabilidade será para colmatar a falta de técnicos no setor de contratação pública, cujos procedimentos são cada vez mais complexos e, neste momento existe somente um técnico superior; - disse que a Câmara Municipal tem uma psicóloga, mas que desempenha funções só no setor da educação e faz sentido ter uma técnica superior de Psicologia Social e do Trabalho nos Recursos Humanos, para atender a situações na área da psicologia no trabalho e para responder a situações que surgem, uma vez que a última situação ocorrida, foi resolvida através de um técnico exterior aos Serviços da Câmara Municipal; - disse que em reunião da Câmara Municipal, foram aprovados protocolos relativos a violência doméstica existindo no setor da ação social duas pessoas e, tendo em conta a quantidade de idosos do concelho nas oito IPSS, não são suficientes as técnicas existentes, ainda para mais que uma delas desempenha as funções de chefe de Divisão, tendo, por isso, todo o tempo ocupado; sobre a área da educação, disse existir somente uma pessoa que trata de todo o serviço, exceto a parte dos transportes, e, em consequência da descentralização de competências, este irá aumentar e, deve haver mais uma pessoa preparada para prontamente responder aos pedidos na área da educação; como cada vez mais se caminha para a informatização de todos os serviços encontrando-se a Câmara Municipal, neste momento, a instalar novos

programas e existe somente um informático no edifício da Câmara Municipal, deve haver uma segunda pessoa na área para que não haja problemas na informática, durante a sua ausência. A avaliação das necessidades de pessoal foi feita em reunião do executivo em funções, conjuntamente com os chefes das diversas Divisões, e a decisão foi a de que se teria de abrir vagas para o seu preenchimento por técnicos superiores. -----

O vereador Nelson Martins referiu que por vezes é preferível a contratualização de serviços externos, do que ficar *ad eaternum* sobrecarregados com o que se terá de pagar em Recursos Humanos, tendo a **vereadora Catarina Paiva** respondido que se terão então de fazer contratualizações externas para fazer face ao aumento de competências após a descentralização, nomeadamente de Assistentes Operacionais para as obras, se assim for necessário.-----

Continuando, o vereador Nelson Martins referiu que se privilegia a especificidade dos conteúdos funcionais, ou seja, cada colaborador desempenha funções somente numa determinada área e numa determinada divisão e é óbvio que existem momentos em que está sobrecarregado mas existem outros em que isso não acontece, perguntando o que fazem os técnicos durante esses períodos.

A vereadora Catarina Paiva respondeu que esses momentos são poucos e por isso estão sempre ocupados. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação. -----

A Câmara Municipal, com os votos contra dos vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins, deliberou por maioria, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para 2020 e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, nos exatos termos da proposta e informação da DAF. -----

3. OFERTA DE DOIS CARREGADORES DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, PELA

EMPRESA TECNOCON: Presente a informação de 16/10/2019, prestada pelo técnico superior José Luís Almeida, subscrita pelo chefe da DSUOM, Pedro Valente, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve: "No seguimento de reuniões e contactos entre o Município de Vale de Cambra e empresas relacionadas com equipamentos de carregamento de veículos elétricos, a empresa Tecnocon - Tecnologias e Sistemas de Controle, S.A. propôs a oferta de dois desses equipamentos ao Município de Vale de Cambra. -----

Os equipamentos em causa são da marca Circuitor, modelo Urban T22. -----

Face ao exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a aprovação aceitação pela Câmara Municipal da oferta de dois carregadores marca Circuitor, modelo Urban T22, pela empresa Tecnocon - Tecnologias e Sistemas de Controle, S.A.."-----

O Sr. Presidente referiu que a presente oferta constitui uma mais valia para o Município, onde já circulam vários carros elétricos, sendo a Câmara Municipal também proprietária de um, além das bicicletas elétricas, tornando-se necessária a criação de uma rede de carregadores de veículos elétricos, estando a empresa Tecnocon a fazer a presente oferta, que a Câmara Municipal agradece.-----

O vereador Nelson Martins concorda com a oferta da empresa, à qual deve ser feito o competente agradecimento, querendo saber qual o custo da manutenção destes equipamentos e se há empresas na região que a possa fazer, **tendo o Sr. Presidente** informado que os Serviços da Câmara já estão a tratar do assunto, conforme conversa tida naquele mesmo dia e, caso seja aceite a oferta, será feito um estudo do qual constem todas as informações pertinentes à sua instalação e manutenção, uma vez que estes serão os primeiros equipamentos do sistema de carregamento de veículos elétricos no concelho. -----

O vereador Pedro Almeida perguntou se está já definido o local de instalação dos sistemas de carregamento e ainda, conforme o referido na informação prestada, se a empresa Tecnocon é promotora destes equipamentos, **tendo o Sr. Presidente** respondido que a empresa comercializa estes equipamentos. -----

O Sr. vereador António Alberto Gomes acrescentou que será instalado um equipamento no Parque de Estacionamento Subterrâneo e outro no Parque de Estacionamento do Mercado Municipal. Informou ainda que há três anos foi comunicado à e-mobile, a instalação de um posto de carregamento junto à Biblioteca Municipal, mais um junto às Piscinas e Pavilhão Municipal, conforme foi instituído à Câmara Municipal, por publicação em Diário da República. Esclareceu ainda que existe o custo do equipamento que ronda os três mil euros e para quem carrega, existe o custo associado ao carregamento de um cartão para o efeito, que é gerido por uma entidade do Estado. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aceitar e agradecer a oferta dos dois carregadores de veículos elétricos, marca Circuitor, modelo Urban T22, à empresa Tecnocon - Tecnologias e Sistemas de Controle, S.A., integrando o equipamento no seu património, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL e de acordo com a informação da DSUOM. ----

Por fazer parte dos órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Vale de Cambra, ausentou-se da reunião, o vereador António Alberto Gomes. -----

4. REGULAMENTO DE APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA (Processo N.º 21517/19): Presente a informação de 02/10/2019, prestada pela chefe da DASDEC, dirigida à vereadora do pelouro, Catarina Paiva, que se transcreve: "Considerando a relevância do papel dos bombeiros na proteção das comunidades, sobretudo em situações de particular vulnerabilidade nomeadamente em situações de catástrofe, exigindo dos mesmos um grande

sentido de compromisso com a comunidade e responsabilidade na proteção do seu bem-estar e dos seus bens, civismo e respeito pela vida humana. -----

É por isso importante encontrar formas de reconhecimento desta absoluta dedicação à causa humanitária, pelo que se deixa à consideração do executivo municipal a atribuição de um conjunto de benefícios sociais considerados na proposta de Regulamento que anexo. -----

Após apreciação pela câmara municipal, a proposta de regulamento deverá ser submetida a consulta pública nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. -----

No âmbito da consulta pública os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento.-----

Consideradas as sugestões que venham a ser apresentadas no decurso da Consulta Pública o projeto de Regulamento será sujeito à câmara municipal que o submeterá à Assembleia Municipal para aprovação ao abrigo do disposto na alínea k) do numero 1 do artigo 33o do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro."-----

Projeto de Regulamento apenso. -----

O Sr. Presidente referiu que os Bombeiros Voluntários são uma entidade que merece toda a consideração porque são aquela entidade a quem se recorre sempre que existe uma urgência. O projeto foi elaborado tendo em conta informações colhidas em entidades semelhantes e ainda vai estar em inquérito público e posteriormente será novamente presente me reunião com as sugestões e propostas que venham a ser apresentadas, devidamente analisadas. -----

O vereador Nelson Martins sugeriu que a consulta pública seja feita pelas vias que permitam o seu conhecimento por um maior número de pessoas, para que

2019.10.22

estas se possam pronunciar e não criticar após ser aprovado, tendo a **vereadora Catarina Paiva** informado que já foi dado conhecimento do seu teor aos bombeiros e será feita a divulgação devida. -----

O vereador Pedro Almeida, depois de ler o projeto de Regulamento, disse que ao que aos bombeiros voluntários diz respeito, concorda com os apoios que a Câmara Municipal pretende dar, porque os bombeiros são meritórios de qualquer tipo de apoio que se lhes queira dar. Tendo em conta que existem bombeiros assalariados, pergunta se o presente projeto de regulamento se destina também a esses, uma vez que é mencionado num artigo que este se destina ao corpo ativo dos bombeiros, **tendo o Sr. Presidente esclarecido** que o mesmo se destinava somente aos bombeiros voluntários. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, submeter o projeto do Regulamento de Apoio aos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra a consulta pública, nos termos previstos no artigo 101.º do CPA, conforme a informação da DASDEC. -----

Regressou à reunião, o vereador António Alberto Almeida -----

5. PEDIDO DE APOIO PARA ORGANIZAÇÃO DE CAMINHADA “TRILHOS DA ALDEIA”: Presente a informação de 17/10/2019, prestada pelo Dirigente da DASDEC, Miguel Alves, dirigida à vereadora do pelouro, Daniela Silva, que se transcreve: "Na sequência do pedido efetuado pela ACREC, datado de 02.10.2019, sobre o assunto referido em epígrafe e na sequência do pedido de análise solicitado por V. Ex.^a, cumpre-me informar o seguinte: -----

a) A Coletividade em questão solícita à Câmara Municipal apoio para a realização da Caminhada “Trilhos da Aldeia”, no dia 02 de novembro, através da inclusão dos participantes na apólice de acidentes pessoais (atividades temporárias) do Município, assim como um apoio financeiro para suportar as despesas inerentes à organização da iniciativa; -----

b)O apoio solicitado enquadra-se no Programa de Realização de Atividades Pontuais, referido no art. 6.º do RAA;-----

c) O pedido cumpre os prazos definidos no n.º 2 do art. 9.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo - “ os apoios solicitados ao abrigo do Programa de Realização de Atividades de Carácter Pontual, poderão ser apresentados até um mês antes da sua realização;-----

Considerando:-----

a) Que a Associação tem vindo a realizar iniciativas que promovem o território e envolvem a comunidade local; -----

b) Que a dinâmica associativa deve ser reconhecida e valorizada, pois promove a melhoria da qualidade de vida da população, a cultura e preserva as tradições;-----

c) A competência da Câmara Municipal referidas nas alíneas p) e u) do n.º1 do art 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro (“compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município e deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas...” -----

d) Que a rubrica de “Apoio ao Associativismo” prevista em Mapa de fundos, não prevê qualquer apoio financeiro à coletividade em questão para o desenvolvimento desta atividade; -----

Propõe-se à Câmara Municipal o apoio a esta iniciativa, através da inclusão dos participantes na apólice de seguro de acidentes pessoais (atividades temporárias) do Município, existente para a dinamização de atividades promovidas ou patrocinadas/apoiadas pelo Município de Vale de Cambra." -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, apoiar a "Caminhada Trilhos da Aldeia" organizada pela ACREC - Associação Cultural, Recreativa, Educativa Cepelense, através da inclusão dos participantes

no evento, na apólice de seguro de acidentes pessoais do Município (atividades temporárias), nos termos da informação da DASDEC. -----

O ponto 6. UNIDADE DE EXECUÇÃO PARCIAL - UOPG, foi discutido a seguir ao ponto 8 da Ordem do Dia, por ser necessária a presença do responsável pela Área de Planeamento e Ambiente da DPAGU, Dr. Armando Ribeiro. -----

7. ALTERAÇÃO DO PDM - RERAE - PONDERAÇÃO DE RESULTADOS DA

AUSCULTAÇÃO PÚBLICA: Presente a informação de 17 de outubro de 2019, prestada pelo Responsável pela Área de Planeamento e Ambiente da DPAGU, Armando Ribeiro, dirigida ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes, que se transcreve: "Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 30 de julho de 2019, deu-se continuidade ao procedimento, nomeadamente à abertura do período de discussão pública, por um período de 15 dias, contados a partir do quinto dia da data da publicação em Diário da República, (Aviso nº 13747/2019 de 03 de setembro de 2019), conforme o disposto no nº 2 do artº 12º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (RERAE), tendo decorrido entre 09 de setembro de 2019 e 27 de setembro de 2019. -----

No âmbito da auscultação pública, a Câmara Municipal disponibilizou os elementos relevantes através da publicação em Diário da República, imprensa local, pagina da Câmara Municipal na internet e afixação em locais de estilo. -----

Disponibilizou, ainda, um e-mail para os interessados formalizarem os seus contributos. -----

Decorrido o prazo de auscultação, verificou-se não ter havido contributos.-----

Assim, não havendo quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento, deverá o presente assunto ser enviado a reunião pública da Câmara Municipal e submetido à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação."-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos seis membros presentes, submeter à Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal, no sentido de contemplar a regularização dos estabelecimentos avaliados ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), com a inclusão de um novo artigo, no respetivo Regulamento: -----

"Artigo 101-C - Regularização no âmbito do RERAE (DL165/2014, de 05/11) ---

As operações urbanísticas que se enquadrem no Regime extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória, podem ficar dispensadas do cumprimento parcial ou integral, das prescrições do PDM que lhe sejam aplicáveis, nos termos definidos nas atas das Conferências Decisórias."-----

8. BENEFICIAÇÃO DA RUA DA FÁBRICA: RETIRADO -----

O Sr. Presidente referiu que o assunto já esteve presente na última reunião e foi retirado, estando agora de novo em apreciação, dando a palavra aos vereadores.

O vereador Pedro Almeida disse que na última reunião, a planta de implantação da Rua da Fábrica não contemplava o prédio em construção e disse que nenhuma das propostas está de acordo com o que foi licenciado pela Câmara Municipal para a construção do edifício porque a seguir à fachada do edifício, existe um passeio e os perfis da Rua apresentam um perfil transversal que não se adequa. -----

Presente na reunião, o Sr. Dr. Armando Ribeiro prestou alguns esclarecimentos, tendo sido **referido pelo Sr. Presidente**, face às dúvidas levantadas, que se retirava o assunto de apreciação, para uma melhor apresentação da implantação do arruamento incluindo além do edifício licenciado, as áreas públicas envolventes. -----

6.UNIDADE DE EXECUÇÃO PARCIAL - UOPG: Presente a informação de 17 de outubro de 2019, prestada pelo Responsável pela Área de Planeamento e Ambiente da DPAGU, Armando Ribeiro, dirigida ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes, que se transcreve: "Na sequência da análise da Operação de Loteamento que deu entrada na Câmara Municipal, indo de encontro à Unidade de Execução em apreço, verificamos que surgiram dúvidas quanto à área de alguns lotes. -----

A dúvida surge porque foram consideradas duas fases de implementação, sendo a área dos lotes apresentada sob a forma de valor total, correspondendo ao acumulado das duas fases.-----

Assim, para clarificar a dúvida entendeu-se apresentar nova planta de implantação onde, no quadro sinótico, se complementou a primeira coluna correspondente à área do lote com mais duas colunas, uma correspondente à área do lote - 1ª fase e outra correspondente à área do lote - 2.ª fase, conforme planta que se anexa."-----

O vereador António Alberto Gomes referiu que deve ser aprovada a Planta de Implantação com a menção das áreas dos lotes nas duas fases do Loteamento Industrial, mantendo-se tudo igual. Enquanto o atual PDM está em vigor, deve ser dividida a área que corresponde a cada lote. -----

O vereador Pedro Almeida antes da aprovação dos limites da Unidade de Execução, foi feito o Estudo global da Zona Industrial que, tendo em atenção que o PDM se encontrava em revisão, já deveriam ser propostas áreas, que na revisão do atual PDM, não estão como áreas urbanas, para posteriormente se fazer a ampliação da Zona Industrial. Referindo-se à Unidade de Execução, disse que a mesma não pode ser faseada, e dado que foi delimitada, deve ser executada numa única vez e por isso, não entende a razão da divisão das áreas das parcelas nesta fase e da referência à Unidade de Execução que está

dissociada do Estudo aprovado, achando que neste, foi claro que se acrescentariam as áreas julgadas necessárias para ampliação da Zona Industrial.

O Sr. Presidente, após os esclarecimentos prestados pelo Sr. Dr. Armando Ribeiro, informou que a única razão da presença, em reunião, da planta de implantação, era a clarificação de ambas as áreas dos lotes, possível fazer-se nesta fase, tendo-se dividido a coluna que continha a área total do lote nas duas fases, em duas colunas com as áreas dos lotes na primeira e segunda fases, colocando a proposta de subdivisão conforme as fases, porque na primeira ainda podem ser feitas alterações, o que já não acontece em relação à segunda fase. -

A Câmara Municipal, com o voto contra do vereador Pedro Almeida, deliberou por maioria dos seis membros presentes, aprovar, no âmbito da Unidade de Execução - UOPG 11, a planta de implantação da Zona Industrial de Algeriz, onde constam discriminadas no quadro sinóptico, a área total de cada lote, bem como a área dos lotes na 1ª fase e na 2ª Fase. -----

Declaração de voto do vereador Pedro Almeida: "O meu voto contra resulta do facto de nesta intervenção que está a ser proposta efetuar na Zona Industrial, ter ocorrido por uma deliberação da Câmara Municipal, para delimitação de uma Unidade de Execução. Em resultado disso, a Câmara Municipal deliberou previamente à aprovação da unidade de execução a realização de um estudo urbanístico, com o objetivo de ser um referencial, apenas e só, para os Serviços, uma vez que no âmbito do mesmo existiam áreas necessárias incorporar aquando da revisão do Plano Diretor Municipal. Razão pela qual este estudo não ter um carácter equivalente a um Plano Municipal de Ordenamento do Território, não vinculando, por essa razão, nenhum particular. Como tal esta subdivisão faseada, do meu ponto de vista, não faz qualquer sentido". -----

De seguida retomou-se a Ordem do Dia. -----

9. COMPROMISSO DO MUNICÍPIO COM O PROGRAMA ECO-ESCOLAS – ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO BÚZIO E ESCOLA BÁSICA DAS DAIRAS:

Presente a informação do Responsável pela Área de Planeamento e Ambiente, Armando Ribeiro, que remete a informação técnica de 16/10/2019, da técnica superior da DPAGU, Helena Bastos, que se transcreve: -----

A Coordenação do Programa Eco-Escolas das escolas Básica das Dairas e Básica e Secundária do Búzio solicita ao Município de Vale de Cambra o compromisso de parceria no programa, nos termos da declaração em anexo e a designação de um representante do Município para integrar o Conselho Eco-Escolas. -----

O Eco-Escolas é um Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável promovido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Tem como objetivos encorajar, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental e sensibilização/educação para a necessidade de adoção de comportamentos mais sustentáveis. Este Programa visa ainda criar hábitos de participação e cidadania, tendo como objetivo principal encontrar soluções que permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade.-----

Uma escola que adere ao Eco-Escolas compromete-se a desenvolver um conjunto de ações e atividades que deverão envolver os diferentes elementos da comunidade escolar, com especial enfoque nos alunos, nos professores, nos auxiliares de ação educativa, nos encarregados de educação e ainda da comunidade envolvente, nomeadamente o município.-----

A declaração de compromisso para cada uma das escolas referidas (Escola Básica das Dairas e Escola Básica e Secundária do Búzio) implica:-----
a designação de um representante do Município para integrar o Conselho Eco-Escolas;-----

a participação, na medida do possível, na implementação do Plano de ação de cada Eco-Escola;-----

o pagamento da inscrição no valor de 70€ por escola, ou seja no total de 140€ (isento de IVA) à Associação Bandeira Azul (NIF:502344652). Este valor está previsto em mapa de fundos disponíveis (Centro de Demonstração de Compostagem), devendo ser contudo sujeito a cabimento.-----

Entendo que a iniciativa destas Escolas deve ser apoiada pelo Município de Vale de Cambra, pela importância e necessidade de cada vez maior de sensibilização ambiental e de cidadania na comunidade escolar e também pelo facto de o Município de Vale de Cambra ser um dos pouco Municípios do país que não tem, nem nunca teve, escolas com atribuição de Bandeira Verde."-----

O Sr. Presidente deu a palavra à vereadora Catarina Paiva que disse que o presente projeto já está há alguns anos a ser desenvolvido em algumas escolas do país e as escolas de Vale de Cambra ainda não tinham aderido ao mesmo, pretendendo fazê-lo agora através de uma parceria com o município. Todos os anos tem de se inscrever no projeto, sendo o custo da inscrição por escola, de setenta euros, sendo necessário aprovar a parceria, tendo em conta a questão ambiental. Informou ainda que a Câmara Municipal tem de indicar um responsável para integrar o Conselho Eco-Escolas. -----

Informação da DAF: Proposta de cabimento n.º 2100/19. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a parceria do Município no programa Eco-Escolas das escolas Básica das Dairas e Básica e Secundária do Búzio, designando como representante desta entidade, para integrar o Conselho Eco-Escolas, o sr. vereador do pelouro do ambiente, José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, com a possibilidade do mesmo se fazer representar pela técnica superior, Helena Bastos. -----

10. PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DO GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE GDC CODAL 2019: Presente a informação de 14/10/2019,

prestada pelo Dirigente da DASDEC, Miguel Alves, dirigida à vereadora do pelouro, Daniela Silva, que se transcreve: "Na sequência do pedido efetuado pelo Grupo Desportivo e Cultural de Codal, datado de 02.09.2019, e atendendo que o mesmo não se encontrava acompanhado dos documentos referidos no n.º 3 do art.9.º do RAA, nomeadamente a previsão de custos, necessidades de financiamento e descrição da atividade, informo que foram solicitados os respetivos documentos, que se anexam à presente informação. Reunidos os documentos necessários para análise do pedido, informamos que: -----

a)A Coletividade em questão solicita à Câmara Municipal apoio logístico e financeiro para a organização do Grande Prémio de Atletismo do GDC Codal 2019, a realizar no dia 27 de Outubro, inserido nas Comemorações do 45.º Aniversário. -----

b)O apoio solicitado enquadra-se no Programa de Realização de Atividades Pontuais, referido no art. 6.º do RAA;-----

c)O pedido cumpre os prazos definidos no n.º 2 do art. 9.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo -"os apoios solicitados ao abrigo do Programa de Realização de Atividades de Carácter Pontual, poderão ser apresentados até um mês antes da sua realização;-----

d)O evento em questão encontra-se previsto no plano de atividades 2019, apresentado pela coletividade, não estando contudo orçado. -----

e)O apoio concedido ao GDC de Codal em 2019, aquando da análise ao plano de atividades, não considerou o apoio a este evento; -----

Considerando que:-----

a)Que o GDC de Codal pretende com esta iniciativa, promover a modalidade e o desporto no concelho; -----

b)a dinâmica associativa deve ser reconhecida e valorizada, pois promove valores e a melhoria da qualidade de vida da população; -----

c)Que o evento em questão poderá vir a assumir-se como um grande evento desportivo no concelho;-----

d)Esta iniciativa envolve alguns custos que as receitas provenientes das inscrições poderão não cobrir (de acordo com a previsão de atletas efetuada pela Associação); -----

e)A competência da Câmara Municipal referidas nas alíneas p) e u) do n.º1 do art 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro (“competete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município e deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas...” -----

propõe-se à Câmara Municipal a atribuição do apoio logístico, nomeadamente a cedência de gradeamento metálico e o pódio, assim como de um apoio financeiro, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), ao Grupo Desportivo e Cultural de Codal, pelas razões acima indicadas, para fazer face a algumas despesas inerentes à organização do evento. "-----

O Sr. Presidente deu a palavra à vereadora Daniela Silva que disse que se pretendia prestar o apoio logístico e financeiro a uma prova que pela primeira vez vai fazer parte do calendário das provas federadas e como tal, terá um acréscimo nas despesas pelo que se justifica o apoio que ainda não foi atribuído, porque só há pouco tempo é que a associação obteve a homologação desta prova e teve conhecimento que a mesma passaria a ser federada. -----

Informação da DAF: Proposta de cabimento n.º 2126/19. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, atribuir ao Grupo Desportivo e Cultural de Codal, no âmbito da realização do

Grande Prémio de Atletismo do GDC Codal 2019, o apoio logístico e financeiro no valor de 500,00€ (quinhentos euros), nos termos da informação da DASDEC e DAF.-----

11. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2, 3 DAS DAIRAS - TRABALHOS

COMPLEMENTARES: Presente a informação de 09/10/2019, subscrita pelo chefe da DSUOM, Pedro Valente e pelo técnico superior, Vítor Soares, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve: -----

"Consignação da obra – 10 / 9 / 2018-----

Aprovação do PSS – 6 / 11 / 2018 -----

Acusamos a receção em 2/10/2019 da comunicação 21269/2019 Sigma Doc, datada de 28 de Setembro de 2019 enviada pela Empribuild.-----

A empresa construtora vem solicitar a formalização dos trabalhos complementares, nomeadamente: -----

1 – Piso em Cortiça previsto no contrato, -----

1.5.1.3.9 Fornecimento e assentamento de acabamento executado com flutuante de Cortiça tipo Cork Confort Linea Champagne C85H001 de 10,5x905x295mm da Wicanders, assente com produtos recomendados pelo fabricante, incluindo manga plástica, rodapé, todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores, recomendações do fabricante e especificações do caderno de encargos.-----

a alterar por Vinílico:-----

- Fornecimento e aplicação de vinílico nas salas de aula Concrete Grey Beje 503, todos os materiais e mão de obra necessária, incluindo rodapé, todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores, recomendações do fabricante e especificações do caderno de encargos.-----

- Fornecimento e aplicação de vinílico na biblioteca, sala UEAM, sala de professores e secretaria, Oak Tree Natural 200, todos os materiais e mão de obra necessária, incluindo rodapé, todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores, recomendações do fabricante e especificações do caderno de encargos.--

2 – Lambrim em cortiça -----

1.6.1.3.2 Revestimento de lambrins interiores em Cortiça Cork Confort Linea Champagne C85H001 de 10,5x905x295mm da Wicanders até 0,93m, protegido com verniz de alta densidade isento de formaldeído colocado de acordo com as prescrições do fornecedor, incluindo material de adesão, trabalhos complementares necessários, fornecimento de todos os materiais e mão de obra, de acordo com pormenores e especificações do caderno de encargos.-----

a alterar por revestimento em gesso -----

1.6.1.2.1 Execução de regularizações de paredes, com gesso projectado, incluindo manta PVC nas zonas de ligação dos elementos de alvenaria de tijolo e betão, restantes trabalhos necessários, acabamento polido e desempenado para receber pintura, fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores e especificações do caderno de encargos. -----

3 - Alteração manta vinílica Desportiva em Rolo 25x2 e 2.6mm esp.Bleu Moyen-----

1.5.1.3.11 Fornecimento e assentamento de revestimento desportivo, consistindo na preparação da superfície, fornecimento e assentamento de manta vinílica Desportiva em Rolo 25x2 e 2.6mm esp. Ref. 432256 Bleu Moyen com marcações desportivas, assente com produtos recomendados pelo fabricante, incluindo junta electrosoldada, respectivo cordão para junta electrosoldada, rodapé, pinturas de campo de jogos, todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores, recomendações do fabricante e especificações do caderno de encargos.-----

por vinílico Omnisport Speed 3,45mm-----

Fornecimento e aplicação de vinílico Omnisport Speed 3.45 mm, com marcações desportivas, assente com produtos recomendados pelo fabricante, incluindo junta electrosoldada, respetivo cordão para junta electrosoldada, pinturas de campo de jogos, todos os materiais e mão de obra necessários, de acordo com pormenores, recomendações do fabricante e especificações do caderno de encargos.-----

Com base ao exposto apresentado pela Emprbuild informa-se:-----

1 – Alteração do piso em Cortiça por Vinílico.-----

Foi solicitado pelo diretor da Escola das Dairas, o professor Pedro Martins, à Câmara Municipal, a alteração do piso previsto em cortiça por vinílico, devido ao

piso de cortiça não oferecer garantias de robustez, quer ao tráfego escolar, quer ao suporte mobiliário, nomeadamente cadeiras e mesas. -----

O vinílico a colocar da gama “Excelence”, reúne as condições para um bom revestimento de piso escolar, quer acusticamente, térmico e de fácil manutenção.

A empresa construtora no piso 0, só dá garantias da aplicação do produto com a colocação de uma impermeabilização com tela tarkoley, devido aos teores de humidade existentes, serem na ordem de grandeza dos 5%, e para o tipo de revestimento admite teores de humidade cerca de 3%.-----

Os materiais a aplicar no pavimento do piso 0 e no piso 1, importam no valor de **€81 570,13 euros sem IVA**.-----

2 – Alteração do lambrim nas paredes, previsto em Cortiça por gesso projetado,-----

Foi sugerido, a alteração ao lambrim nas paredes interiores da escola, invocando os seguintes motivos:-----

- a) Fica desenquadrado a colocação do lambrim em cortiça com a restante parede.-----
- b) O seguimento do revestimento das paredes, torna os panos interiores homogéneos. -----
- c) A aplicação do lambrim em cortiça numa escola, poderá dar azo a atos de vandalismo, nomeadamente, escrita e à própria ratação do material, sendo este material de difícil manutenção, o que implicaria a sua substituição.-----
- d) Algumas calhas existentes, elétricas e de telecomunicações estão aplicadas em diferentes alturas, dificulta a sua aplicação.-----

As alterações do lambrim nas paredes, e o erro de medição no mapa de quantidades importam no valor de **€ 24 672,30 euros sem iva**.-----

3 – Alteração da manta vinílica Desportiva em Rolo 25x2 e 2.6mm esp. Bleu Moyen, por Vinilico Omnisport Speed 3,45 mm.-----

O vinílico previsto em projeto, informado pelo projetista adequa-se à prática desportiva básica, pelo que foi sugerido a sua substituição pela aplicação de vinilico Omnisport Speed 3.45 mm referencia 3707 004 (cor azul), para uma prática desportiva moderada.-----

Foi removido o vinílico existente, efetuando-se as medições ao pavimento dos teores de humidade, verificou-se humidades compreendidas entre 3.54% e os 4.04%, e para o tipo de revestimento admite teores de humidade com cerca de 3%.-----

Devido aos teores de humidade será de aplicar tela de impermeabilização da tarkoley, com a aplicação de rodapé ventilado.-----

Os materiais a aplicar no pavimento do pavilhão desportivo, importam no valor de **€ 43 425,00 euros sem IVA.**-----

4 - Resumo dos trabalhos complementares -----

1 - Piso em vinílico nas salas de aulas € 81 570,13-----

2 – Gesso cartonado nas paredes..... € 24 672,30-----

3 - Vinílico Omnisport Speed 3,45 mm..... € 43 425,00-----

Total..... € 149 667,43- -

Relativamente ao ponto 1- **Alteração do piso em Cortiça por Vinilico**, e ao ponto 3 - **Alteração da manta vinílica Desportiva em Rolo 25x2 e 2.6mm esp.**

Bleu Moyen, por Vinilico Omnisport Speed 3,45 mm, informa-se que a proposta apresentada pela empresa construtora apresenta os preços inflacionados, desajustados aos preços de mercado, praticados por outras empresas, pelo que se propõe o seu indeferimento, devendo a empresa apresentar os preços ajustados ao preço do mercado, caso a Exma. Câmara Municipal, assim o entenda.-----

2 – Alteração do lambrim nas paredes, previsto em Cortiça por gesso projetado, deverá ser efetuada pelos motivos anteriormente invocados, uma vez que os preços apresentados são contratuais, as medições serão aferidas em obra.-----

A informação deverá ser enviada à reunião da Câmara Municipal."-----

O Sr. Presidente informou os senhores vereadores que se encontrava presente para prestar qualquer esclarecimento, o fiscal da obra da DSUOM, Vítor Soares.

Acrescentou que segundo a informação técnica e, certamente de acordo com o projetista, não haveria qualquer problema quanto à substituição do lambrim de cortiça, por gesso projetado, aos preços contratuais, conforme proposto. -----

O vereador Nelson Martins perguntou se realmente não haveria qualquer alteração de custos. -----

Dada a palavra ao Sr. Eng.º Vítor Soares, este informou que não haverá alteração de custos e que se concluiu que o lambrim em cortiça seria demasiado suscetível de se estragar numa escola. -----

O vereador Pedro Almeida perguntou se o autor do projeto se pronunciou efetivamente quanto à alteração do projeto e acrescentou que se pretendia transformar estes trabalhos em trabalhos complementares e que segundo o artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos, que leu, não podem ser trabalhos complementares as alterações ao projeto, mas sim trabalhos imprevistos que não foram considerados no projeto, uma vez que estão em causa valores da ordem dos cento e cinquenta mil euros. -----

O Sr. Presidente referiu que, segundo a informação técnica, o valor a que o vereador Pedro Almeida se refere, não é o correto porque não se vão aceitar duas propostas, não sendo assim proposta a aprovação de trabalhos complementares, mas sim uma substituição de materiais a custos contratuais, cujo valor ronda os vinte e quatro mil euros. -----

O Vereador Pedro Almeida disse que os trabalhos complementares só poderiam ser executados se na execução do projeto o autor não pudesse perspetivar a sua utilização, sendo de opinião que a escolha dos materiais de acabamento era possível de se perspetivar, devendo constar dos documentos a concordância do autor do projeto, frisando que a sua questão passa pela legalidade destes trabalhos. -----

O Sr. Presidente perguntou se realmente o autor do projeto se pronunciou tendo o Sr. Eng.º Vítor confirmado que o projetista informou que não se opunha desde que fosse da vontade do dono da obra. -----

Tendo em conta os esclarecimentos e o teor da informação técnica, **o Sr. Presidente** informou que se pretende deferir a troca dos materiais a utilizar nos lambrins e se pretende indeferir as restantes propostas, colocando o ponto à votação. -----

A Câmara Municipal, com o voto contra o vereador Pedro Almeida e a abstenção do vereador do Nelson Martins, deliberou, por maioria dos seis membros presentes, relativamente à empreitada de requalificação da Escola EB 2, 3 das DAIRAS, deferir a alteração do lambrim nas paredes ao preço contratual, conforme referido na informação e notificar a empresa Emprbuild - Engenharia, Construção, Reabilitação, para a apresentação de audiência prévia escrita, nos termos do CPA, tendo em conta a intenção de indeferimento da proposta referente aos pontos 1- Alteração do piso em Cortiça por Vinílico, e ponto 3 - Alteração da manta vinílica Desportiva em Rolo 25x2 e 2.6mm esp. Bleu Moyen, por Vinílico Omnisport Speed 3,45 mm, da informação técnica da DSUOM, devendo o empreiteiro apresentar nova proposta aos preços de mercado. -----

Declaração de voto do vereador Pedro Almeida: "O presente ponto tem 3 sub-pontos dos quais, dois se propunha o indeferimento e desses dois, eu corroboro do seu indeferimento, não da justificação para o efeito, uma vez que é

fundamentada por questões de preço. Na sub ponto no qual se propõe fazer uma alteração ao projeto inicial e que implica custos na ordem dos vinte e cinco mil euros e tendo em consideração o que prevê o Código dos Contratos Públicos, no seu artigo 370, no que se refere a trabalhos complementares, os mesmos só serão possíveis em circunstâncias não previstas pelo dono da obra, o que não é o caso, porque se trata de uma mera alteração ao projeto, razão pela qual voto contra.-----

Declaração de voto do vereador Nelson Martins: "Como já é conhecida a minha posição acerca do projeto, por um lado concordo com o parecer técnico apresentado, que entre outros evidencia, falta de rigor da empresa na apresentação de preçário para determinados trabalhos complementares, mas por outro lado, mantenho a minha coerência, face ao meu voto contra o projeto da requalificação da escola, nos moldes em que aquele foi apresentado. Daí, a minha abstenção."-----

12. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2, 3 DAS DAIRAS - TRABALHOS A MAIS DECORRENTES DA EXTENSÃO DO PRAZO: Presente a informação de 14/10/2019, subscrita pelo chefe da DSUOM, Pedro Valente e pelo técnico superior Vítor Soares, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve: -----

"Consignação da obra – 10 / 9 / 2018-----

Aprovação do PSS – 6 / 11 / 2018-----

Foi rececionado na D.S.U.O.M. em 11/10/2019, um ofício enviado pela Emprbuild em 18/7/2019, devido a várias indefinições da obra imputáveis ao dono da obra, vem por este meio enviar a aprovação dos trabalhos a mais, de acordo com o artigo 370º do CCP, informa-se: -----

Face à apresentação do mapa com os custos de “Estaleiro e obras Preliminares” pela Emprbuild (alegam a previsão da extensão do prazo de 3 meses), a Câmara

2019.10.22

Municipal não aprovou qualquer prorrogação do prazo da execução da obra. Mais se informa que a obra ainda está decorrer dentro do prazo previsto para a execução dos trabalhos." -----

A Câmara Municipal, com a abstenção do vereador Nelson Martins deliberou, por maioria dos seis membros presentes, notificar a empresa Emprbuild - Engenharia, Construção, Reabilitação, para a apresentação de audiência prévia escrita nos termos do CPA, face à intenção de indeferimento do pedido de aprovação de Trabalhos a Mais relativamente à empreitada de Requalificação da Escola EB 2, 3 das DAIRAS, conforme a informação da DSUOM. -----

13. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2, 3 DAS DAIRAS - EXECUÇÃO

FÍSICA DA OBRA: Presente a informação de 15/10/2019, subscrita pelo chefe da DSUOM, Pedro Valente e pelos técnicos superiores, Vítor Soares e José Luís Almeida, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve: -----

"Valor da adjudicação dos trabalhos: € 1 632 733,50 -----

Auto de Consignação: Consignada em 10 de Novembro de 2018 -----

Plano de Segurança e Saúde: Aprovado em 6 de Novembro de 2018 -----

Duração da empreitada: 365 dias -----

Informa-se que a obra teve início em 6 de Novembro de 2018 e prevê-se a sua conclusão a 6 de Novembro de 2019.-----

Conforme documentos em anexo, a obra até ao mês de Setembro de 2019, apresenta um desvio da execução no valor de 464.963,31 euros, correspondendo à percentagem acumulada de (-) 28,5%, comparativamente ao previsto na empreitada.-----

Conclui-se que o mapa de trabalhos, o cronograma de mão-de-obra, não estão a serem cumpridos. -----

Face ao verificado, deverá a empresa construtora, proceder ao ajuste na execução da obra, com a apresentação de novos cronogramas de forma a que os trabalhos propostos terminem no tempo previsto da execução inicial da obra. "---

O Sr. Presidente tendo em conta a informação deu a palavra aos vereadores

O vereador Pedro Almeida referiu que faltam 15 dias para *terminus* da empreitada e pergunta que ajuste pode ser feito ao Plano de Trabalhos, para executar meio milhão de euros de obra em 15 dias. Acha que a presente informação deve ser para o executivo tomar conhecimento. -----

O Sr. Presidente questionou o Sr. Eng.º Vítor Soares sobre a questão, dizendo este que a empresa terá de se pronunciar sobre a situação.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da execução física da obra e, com a abstenção dos vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins, deliberou, por maioria dos seis membros presentes, aprovar o proposto na informação da DSUOM, nos seus exatos termos, notificando-se a empresa Emprbuild - Engenharia, Construção, Reabilitação, para a apresentação de novos cronogramas da empreitada de "Requalificação da Escola EB 2, 3 das Dairas, de forma a que os trabalhos propostos terminem no tempo previsto da execução inicial da obra. -----

Declaração de voto do vereador Pedro Almeida: "A minha abstenção deve-se ao facto de estarmos a cerca de 15 dias do *términus* da empreitada e é impossível executar meio milhão de euros de obra nesses quinze dias e, portanto, notificar a empresa para reformular e apresentar novo Plano de Trabalhos para este período temporal é totalmente impossível." -----

Ausentou-se da reunião, o Sr. vereador António Alberto Gomes, por ser membro do júri do procedimento em assunto: -----

14. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO DE PREÇOS LIVRES - RELATÓRIO FINAL: Para efeitos de conclusão do

2019.10.22

procedimento, presente o Relatório Final subscrito pelo vereador do pelouro, António Alberto Gomes, pelo chefe da DAF, Rui Valente e pelo técnico superior José Luís Almeida, uma vez que todas as propostas ultrapassaram o valor base do procedimento, foram excluídas de acordo com a alínea d), do n.º 2 do artigo 70 do CCP, tendo-se procedido à audiência prévia dos concorrentes conforme deliberação de 08/10/2019, não se tendo registado reclamações. -----

Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 148º do CCP, o júri mantém o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, não havendo lugar a adjudicação.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade dos cinco membros presentes e de acordo com o Relatório Final datado de 21 de outubro de 2019, subscrito pelo júri, **deliberou não adjudicar** a nenhum dos concorrentes o Concurso Público N.º 42/2019 - Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado de Preços Livres, concluindo-se assim o presente procedimento. -----

Regressou à da reunião, o Sr. vereador António Alberto Gomes. -----

Por acordo entre os membros do executivo, foi antecipado o período de intervenção do público e ouvido o público presente,conforme a inscrição recebida. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) -----

Do público presente, registou-se uma inscrição para intervir, em nome de José Augusto Vieira de Almeida e de Vítor Manuel Bastos Almeida: -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr Vítor Manuel Bastos Almeida, que solicitou informações sobre a ligação de água e saneamento nos Penedos, dado que o processo está a ser muito demorado e tem causado transtorno. De seguida, falou o Sr. José Augusto Vieira de Almeida, que pediu esclarecimentos sobre a passagem de um emissário desde Varziela com ligação ao Emissário da Borbolga, em terreno seu, consentido, já no tempo do Sr. Eng.º José Bastos.

Disse que ficaram cópias de todos os documentos relativos ao assunto com o Sr. vereador José Alexandre Pinho e pretende saber o ponto da situação, sobre a ligação do saneamento e, em termos de eventual indemnização, a que tinha direito. -----

O Sr. Presidente informou o Sr. Vítor, que a equipa se encontra neste momento a fazer os referidos trabalhos, sendo colocado alcatrão no início da semana, segundo informação que lhe foi transmitida. Sabe que foi um transtorno para os moradores, mas é preciso realizar as infraestruturas, faltando agora o colocação do pavimento. -----

Respondendo ao Sr. José Augusto, o Sr. Presidente disse que já está feita a ligação de água e saneamento na Rua dos Penedos, faltando a pavimentação e a ligação que aquele pretendia, ou seja, a ligação do saneamento ao Emissário, devendo ser os Serviços a tratar do assunto. -----

De seguida foi retomada a Ordem do Dia:-----

15. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: LISTAGEM dos despachos proferidos pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017 e OUTROS PROCESSOS:-----

Decreto-Lei 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro: -----

Processos deferidos:-----

Nº Proc.	Nome	Freguesia	Tipologia	Despacho por	Processo
101/16	CLARA SOARES	S.P.CASTELÕES	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	SR. VEREADOR	REVISÃO TAXAS
93/18	GIMN'ÁGUA,DESP.SA ÚDE,RECREAÇÃO,LD A	U. FREGUESIAS	EDIFÍCIO	SR. PRESIDENTE	ESPECIALI DADES
23/19	MARGARIDA MARIA PINHO ALVES	S.P.CASTELÕES	HAB./ANEXO	SR. PRESIDENTE	ESPECIALI DADES
151/18	RUI MIGUEL MARTINS SILVA	U. FREGUESIAS	HAB./ANEXO	SR. VEREADOR	ESPECIALI DADES
6/19	CATARINA COELHO TAVARES	M. CAMBRA	HABITAÇÃO	SR. VEREADOR	ESPECIALI DADES
76/19	ARISTOSOLIDO LDA	S.P.CASTELÕES	HABITAÇÃO	SR VEREADOR	ESPECIALI DADES
78/19	MANUEL JOAQUIM	RÔGE	HABITAÇÃO	SR	ESPECIALI

	CAMPAS			VEREADOR	DADES
59/18	EDUARDO COUTINHO LDA	U. FREGUESIAS	PAV. INDUST.	SR VEREADOR	ESPECIALI DADES
130/18	ARLINDO FERNANDO TAVARES DOS SANTOS	M. CAMBRA	HABITAÇÃO	SR VEREADOR	ESPECIALI DADES

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

OUTROS PROCESSOS: -----

PROCESSO ONERED N.º 89/19 - REQ: 1478/19 - CRISTINA LÚCIA DE PINHO

FERREIRA: Construção de habitação unifamiliar em Travessa das Palmeiras, freguesia de Macieira de Cambra. -----

Foi prestada a informação técnica em 17/10/2019, subscrita pelo responsável pela Área do Urbanismo da DPAGU, Óscar Brandão, relativamente ao projeto de arquitetura e ao seu enquadramento legal, deixando à consideração superior, o deferimento da pretensão, mediante o cumprimento das condições de licenciamento. Em caso de deferimento, o requerente deve apresentar no prazo de 6 meses os respetivos projetos de especialidade, conforme descrito na informação que se encontra arquivada no processo em formato digital. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 17/10/2019. -----

PROCESSO ONERED N.º 106/19 - REQ: 1560/19 - Nome: FABRICA IGREJA

PAROQUIAL S. MIGUEL DE JUNQUEIRA: Pedido de isenção do pagamento de taxas - Casa Mortuária de Junqueira, ao abrigo do artigo 75.º do RMUE. -----

Presente a informação do responsável pela Área de Gestão Urbanística da DPAGU, Óscar Brandão, que propõe o deferimento do pedido de isenção de pagamento de taxas devidas pelo pedido de licenciamento da Casa Mortuária de Junqueira, face à informação de 17/10/2019, prestada pelo técnico José Carlos Roque, que consta do respetivo processo digital. -----

2019.10.22

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 17/10/2019. -----

PROCESSO ONERED N.º 83/19 - REQ N.º 1239/19 - FRANCÍLIA MONTEIRO

PINTO DA SILVA E OUTROS: Alteração de habitação unifamiliar e anexos na Rua Professora Valentina de Carvalho, n.º18, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

Foi prestada a informação técnica em 22/10/2019, subscrita pelo responsável pela Área do Urbanismo da DPAGU, Óscar Brandão, relativamente ao projeto de arquitetura e ao seu enquadramento legal, deixando à consideração superior, o deferimento da pretensão, mediante o cumprimento das condições de licenciamento, conforme descrito na informação que se encontra arquivada no processo em formato digital. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 22/10/2019. -----

Por motivos particulares, ausentou-se definitivamente da reunião, o vereador Pedro Almeida. -----

PROCESSO LOTEPDM N.º 1/95 - REQ: 296/19 - MANUEL GILBERTO BASTOS

DE OLIVEIRA: Pedido de alteração da Licença de Operação de Loteamento - Lote 3 - para edificação de construção agrícola adstrita a exploração florestal, em Cimo do Lugar - Vila Cova de Perrinho, na União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

Foi prestada a informação técnica em 14/10/2019, subscrita pelo responsável pela Área do Urbanismo da DPAGU, Óscar Brandão, relativamente ao respetivo enquadramento legal e sobre a não apresentação de quaisquer sugestão, reclamação ou observação durante o período de discussão pública, propondo o

deferimento do solicitado, conforme descrito na informação que se encontra arquivada no processo em formato digital. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 14/10/2019. -----

PROCESSO ONERED N.º 85/19 - REQ N.º 1376/19 - JÚLIO RENATO MENDES LUÍS MARTINS: Reconstrução e ampliação de habitação unifamiliar na Rua Guerra Junqueiro, n.º 240, na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e V. Cova de Perrinho. -----

Foi prestada a informação técnica em 23/09/2019, subscrita pelo responsável pela Área do Urbanismo da DPAGU, Óscar Brandão, relativamente ao projeto de arquitetura e ao seu enquadramento legal, deixando à consideração superior, o deferimento da pretensão, mediante o cumprimento das condições de licenciamento, conforme descrito na informação que se encontra arquivada no processo em formato digital. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 23/09/2019. -----

16. INFORMAÇÕES: O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 8 a 21 de outubro de 2019, no valor líquido total 714.347,21 € (setecentos e catorze mil, trezentos e quarenta e sete euros e vinte e um cêntimos). -----

- Agradecimento de voto de felicitações remetido pelo Sr. Dr. Alcides Martins;-----

- Requerimento de férias do vereador José Alexandre Pinho: Dia 22/10/2019;-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

